


RAÍZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS: DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESPRAIAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-325>

Data de submissão: 19/11/2024

Data de publicação: 19/12/2024

Silvana Aurila da Silva Vasconcelos

Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), bacharel em Serviço Social pela UFAM e membro do Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS)
E-mail: silvana.aurila@hotmail.com

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Assistente Social. Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Líder do Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)
E-mail: robertaferreira@ufam.edu.br

RESUMO

O artigo trata das raízes históricas da assistência social no Amazonas, com foco no período de 1930 a 1940, destacando a atuação de André Vidal de Araújo, pioneiro na organização estatal das políticas assistenciais na região. Por meio de uma abordagem fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, além de revisão bibliográfica e documental, o objetivo deste artigo é analisar o processo de institucionalização da assistência social no estado, considerando os determinantes históricos, sociais e políticos que influenciaram sua estruturação.

Palavras-chave: Assistência social, Amazonas, Questão social, André Vidal de Araújo.

1 INTRODUÇÃO

Abordar as raízes históricas do processo de organização e, posteriormente, de institucionalização da assistência social no Amazonas é de grande pertinência acadêmica e profissional. Ao falar do estado do Amazonas, situado na Região Norte, estamos também trazendo luzes para a história da política de assistência social no Brasil.

Nossa delimitação de estudo é de 1930 a 1940, período evidenciado como preambular no que tange às práticas assistenciais, em nível nacional e regional. Temos como objeto de análise a tessitura inicial da política de assistência social no Amazonas, destacando ainda as ações proeminentes de André Vidal de Araújo, considerado em nosso estudo como um dos principais protagonistas nesse processo, pois, de modo visionário, criou na década de 1940 um plano de ação para uma organização estatal da assistência social no território amazonense.

André Araújo foi o primeiro Juiz de Menores de Manaus, pensador social brasileiro e materializador de grandes projetos assistenciais locais. Seus escritos e suas ações foram as primeiras sementes lançadas em solo amazônico que delinearam significativamente a formulação e implantação de políticas públicas locais, especialmente na área social.

Nossa pesquisa está embasada no Materialismo Histórico e Dialético, pois ele nos permite a reflexão acerca dos determinantes sócio-históricos e políticos dos fenômenos, o que possibilita a identificação das contradições daquele cenário, considerando a centralidade da questão social¹ que permeava a realidade da época e influía sobremaneira na estruturação da assistência social no Amazonas. A coleta e a análise dos dados foram realizadas através do enfoque misto, associando as formas qualitativa e quantitativa. Recorremos ainda à pesquisa bibliográfica e documental para iluminar a caminhada teórico-metodológica.

Tal investigação é filiada ao Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS)², da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos projetos de pesquisa intitulados “Serviço Social no Amazonas entre sombras e luzes: historiografia, formação e trabalho profissional” e “Entrelaçando passado e presente: Serviço Social e políticas públicas no estado do Amazonas”.

¹ Iamamoto (2001) destaca a questão social como elemento intrínseco e singular das relações capitalistas. Segundo a autora, no contexto do processo de acumulação capitalista, a relação desigual entre capital e trabalho resulta na exploração da classe trabalhadora e no aprofundamento das desigualdades sociais, que se expressam em múltiplas formas, como fome, desemprego, ausência de acesso à saúde, educação, moradia e condições de trabalho precárias. Frente à dinâmica de superexploração que vivenciavam, os trabalhadores passaram a ocupar o espaço político, intensificando lutas pela consolidação de direitos sociais e políticos. Essas conquistas pressionaram o Estado a reconhecer os trabalhadores como uma classe, levando à formulação de políticas sociais como mediação necessária.

² Este artigo, vinculado às pesquisas do Grupo ESTRADAS, contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

O Amazonas na década de 1940 passou a ser pauta de algumas ações do governo federal, cujo objetivo consistia em integrar a Amazônia ao conjunto da economia nacional. Contudo, esse período não trouxe consideráveis mudanças para grande parte da população regional. O período foi marcado pela intensificação do movimento migratório das populações interioranas para a capital em busca de melhores condições de vida, acentuando o agravamento das refrações da questão social, o que obrigou o Estado a apresentar estratégias para combater tal conjuntura socioeconômica (Scherer, 2016).

Nesta época, a exemplo do cenário nacional brasileiro, as ações de assistência à população pauperizada amazonense eram realizadas especialmente por grupos religiosos de forma isolada e voluntária, pois não havia uma política de assistência institucionalizada do poder público. Cabe ressaltar que, em grande medida, essas ações de caráter caritativo estavam em consonância com a Doutrina Social da Igreja Católica e com as encíclicas papais (Torres, 2002). Montenegro (1986) assinala que André Vidal de Araújo, militante assíduo das atividades da Igreja Católica, ao exercer a função de Juiz Tutelar de Menores, desenvolveu uma série de investigações e registros que serviram de base para a criação de vários institutos assistenciais na cidade de Manaus. Destacamos que, nesse processo, André Araújo criou no ano de 1940 a Escola de Serviço Social de Manaus, oficializada em 1941, destinada à capacitação de recursos humanos para materialização da assistência social.

Nossa pretensão consiste em apresentar de forma sucinta os caminhos históricos percorridos nesse processo para que no Estado do Amazonas fosse criado um aparato estruturado e ordenado para a assistência social, tendo como fundador e organizador o então Juiz de Menores André Vidal de Araújo. É importante sinalizar que este debate transcende o estado do Amazonas, visto que oferece luzes sobre o próprio desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, pois esta profissão foi considerada como condição *sine qua non* para a vigência de uma política de assistência social no estado. Neste bojo, foi criada a Escola de Serviço Social de Manaus, a primeira do estado e a sétima do Brasil.

Ademais, a lógica do artigo caminha pela discussão das particularidades do processo de desenvolvimento capitalista na realidade amazônica, a emergência das expressões da questão social, o florescimento da assistência social no Amazonas e a concepção de assistência social que orientou sua estruturação.

2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO AMAZONAS E A EMERGÊNCIA DE EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O desenvolvimento capitalista – seja no mundo, no Brasil, na Amazônia ou no estado do Amazonas – prima e sempre primou pela acumulação do capital, com a criação e a reedição de estratégias para intensificação desta acumulação. Num país de capitalismo dependente, como o Brasil,

é necessário considerar esta condição de dependência para compreender a posição que o Brasil e, por conseguinte, a Amazônia ocupa no cenário mundial. Para Fernandes (1975), esta configuração denominada de capitalismo dependente pressupõe a acumulação institucionalizada do capital, beneficiando as estruturas de poder internas que se coadunam com as nações capitalistas hegemônicas. Seu conceito difere das concepções factuais, como as de “subdesenvolvimento”, caracterizado como atraso ou de sua superação mediante crescimento econômico. É um conceito que retrata o capitalismo em uma fase determinada de seu desenvolvimento, no período monopolista, logo, possui caráter estrutural e histórico (Limoeiro-Cardoso, 1995).

É sob esta lógica que buscamos situar o Estado do Amazonas, sobretudo no início do século XX, bem como os impactos do sistema capitalista na região, caracterizando os momentos de prosperidade e especialmente de declínio advindos do período econômico da borracha no Amazonas, pois nos permite entender os liames daquela conjuntura e as expressões da questão social que nela emergiram. Uma das várias estratégias do capital para sua continuidade refere-se à expansão geoeconômica e a reorganização espacial para sua aglutinação (Harvey, 2009).

Nesse sentido, vale pontuar que a Amazônia possui particularidades no que tange às expressões da questão social oriundas das especificidades de seu espaço geográfico, envolvendo dinâmicas sociais que são perpassadas por questões étnico-raciais, ambientais, de gênero, entre outras. Ianni (1989, p. 148) assinala que a questão social manifesta diversificados aspectos econômicos, políticos e culturais. “Aqui, podem estar presentes os negros, lá, os índios. Sem esquecer que em muitas vezes é o outro. As reivindicações, os protestos e as revoltas não se esgotam no âmbito da economia e política, podendo implicar em aspectos culturais”.

No Amazonas, o desenvolvimento capitalista não gerou danos apenas ao ambiente físico, mas ainda a destruição de sua cultura ancestral, ou seja, de seu modo de vida, de seu patrimônio histórico e cultural. Historicamente, essa população viveu e vive constantemente ameaçada pelos grandes projetos e estratégias. Nesse sentido, as expressões da questão social “passam a ser observadas a partir da expropriação, do êxodo rural, da agudização da pobreza e miséria em contraste com a abundância dos recursos naturais (minerais, hídricos, da floresta e da biodiversidade)” [...]” (Barbosa; Sá, 2009, p. 74).

No período colonial, o Estado do Amazonas possuía uma economia baseada na agricultura e extração de especiarias, além da exportação de peles e couros; sem técnicas modernas, o serviço braçal era preponderante. No contexto do Brasil Império, a partir da independência política-administrativa, e a implantação em 1850 da Província do Amazonas, reconhecida como a Província do Norte, a região se manteve ordenada pela lógica de extração de seus recursos naturais, obedecendo a um plano econômico. “As considerações geopolíticas do Estado Imperial no tratamento da nova Província expressam-se na constante

preocupação com a ocupação e defesa daquele território, objeto de forte cobiça internacional” (Ferreira, 2007, p. 47).

Como sabemos a pré-história do sistema capitalista na Amazônia ocorreu à custa do processo da escravidão indígena, que permaneceu durante o período econômico da borracha. Destaca-se nesse período a intensa emigração de nordestinos, desencadeada pelo quadro de miséria que a região enfrentou, entre os anos de 1870 e 1880, estimulados pela busca de melhores condições de vida, além das propagandas e incentivos oficiais, realizados pelo poder governamental. “São essas modalidades de extração do sobretrabalho que marcam essa época e possibilitaram à elite dominante viver seus anos dourados” (Scherer, 2016, p. 29).

Esse modelo de organização societária, alicerçada pela lógica de subordinação da região aos grupos dominantes regionais, nacionais e internacionais fomentou lucros para as demais partes do país, promovendo uma destruição de seu território e a concentração de riquezas para a grande elite. A economia decorrente da extração e exportação da borracha determinou em grande medida a configuração do Amazonas durante o século XIX e XX. Gerando uma transformação socioeconômica local acentuada, que oscilava entre um período de riqueza e outro de pauperismo em especial para a massa de trabalhadores.

Os recursos e receitas decorrentes dessa economia não se limitavam apenas ao nível regional, eram direcionados para sustentar as demandas nacionais e internacionais. O sistema econômico da borracha já estava inserido em um projeto mundial de expansão do capitalismo; a utilização dessa matéria-prima já estava aliada ao desenvolvimento científico e tecnológico das grandes nações (Silva, 2000). O estado do Amazonas era um dos espaços de manufatura da borracha; contudo, os países centrais eram os reguladores principais da produção e seus lucros. Essas relações econômicas se realizavam mediante o fortalecimento de alianças entre os interesses do mercado mundial e os privilégios da burguesia local e nacional.

Nessa conjuntura, inúmeros projetos voltados para intervenções urbanas foram implementados, com o intuito de construir e incutir uma nova imagem e configuração social da cidade. O poder estatal subsidiou um grande plano de embelezamento, constituído de instalações de serviços públicos, entre eles, rede de eletricidade, de água, de esgoto, sistema de telefonia, linhas de bonde, entre outros. Pinto (2008, p. 206) assinala que a cidade possuía modernos serviços urbanos, “[...] seus belos edifícios e palacetes, suas salas de cinema, jornais automóveis, transatlânticos, escritórios, o ritmo agitado de suas atividades, transformava-se na ponta de lança de “cultura moderna” em plena mata tropical”.

Dentre as estratégias para embelezar a cidade e ostentar a riqueza do período, ressaltamos o projeto de construção do Teatro Amazonas na capital manauense, no ano de 1881. Uma das obras mais imponentes do período, simbolizava progresso e modernidade “Sua construção foi mais um ato de

ostentação de riqueza e pretensa civilidade do que uma necessidade reivindicada pela vida artística local” (Mesquita, 2006, p. 206).

Esse período reconhecido como a “*belle époque*” foi funcional às grandes elites, pois era conveniente aos interesses dessa classe. Indubitavelmente, nos primórdios do século XX, Manaus vivenciou um forte processo de modernização, em consonância com os conceitos de progresso e civilização da época. Como já mencionamos, os investimentos e transformações intensos em Manaus estavam articulados às demandas econômicas do capitalismo que objetivava a acumulação de lucros principalmente ao mercado internacional. Segundo Loureiro (2008), o aparelho estatal confiscou 25% da produção; o restante era consumido vorazmente pelas nações estrangeiras.

Esse período de crescimento econômico e de modernização de Manaus excluiu a população pobre, os próprios trabalhadores, entres eles, os indígenas, os imigrantes nacionais e estrangeiros. As reformas estavam direcionadas aos extrativistas, aos comerciantes, aos grupos dominantes que deveriam continuar a investir na cidade, aumentando as rendas do Estado e aprofundando as disparidades socioeconômicas. Esse período de ascendência nos níveis econômico, social, cultural foi vivenciado sob a extração e exploração da mão de obra de milhares de trabalhadores, principalmente os seringueiros. A riqueza social produzida estava assentada sobre as costas desses trabalhadores (Dias, 2019, p. 45).

Logo, esse cenário de desenvolvimento e progresso que Manaus reproduzia era concomitantemente acompanhado de um quadro de profunda miséria, o que passou a gerar preocupação e incômodo ao poder público e à elite local. À medida que a pobreza era uma ameaça à ordem urbana, o estado desenvolveu uma política de preservação e defesa da ordem pública, ou seja, “uma política de pressão, exclusão e dominação” (Dias, 2019, p. 96).

Todavia, no início do século XX, em meados de 1910, a região passou a experimentar o período conhecido como a “crise da borracha”. Após a usurpação das sementes da seringueira de seu habitat amazônico e com a criação de seringais nos países asiáticos com melhor qualidade e baixo custo, a região amazônica perdeu sua hegemonia na extração da borracha. Conforme pontua Weinstein (2002, p. 263): “A bela adormecida fora brevemente acordada pelo beijo do capital estrangeiro, só para voltar a dormir, logo que o príncipe achou outro lugar mais lindo e lucrativo para fazer seus investimentos.”

A crise da economia da borracha afetou fortemente a estrutura social e os serviços urbanos da cidade de Manaus e, conseqüentemente, de todo o estado. Inúmeros serviços, entre eles, os da Superintendência Municipal, como a limpeza da cidade, higienização do espaço urbano e manutenção da saúde pública sofreram significativos cortes orçamentários (Neves, 2008). Uma das principais conseqüências foi a saída do capital estrangeiro, levando o estado a vivenciar um período de forte

decadência econômica, empobrecimento e abandono, asseverando as desigualdades sociais. Ao contrário do que acontecia nas grandes capitais nacionais, onde se iniciava o processo de industrialização, no Amazonas houve o movimento de desaceleração econômica, decorrente da crise do extrativismo da borracha.

Evidenciamos que autores, como Scherer (2016), Torres (2002), Costa (1995) e Montenegro (1986), salientam que, no período marcado pelas décadas de 1930 e 1940, Manaus se configurava como uma cidade de contrastes: um lado da cidade ostentava arquitetura luxuosa, o outro atestava um quadro de miséria. Foi diante desta conjuntura socioeconômica, de inúmeras desigualdades sociais, que o estado do Amazonas e, em particular, a cidade de Manaus se tornaram motivo de preocupação e reflexão por parte do poder estatal e de pensadores sociais.

Destacamos o intelectual André Vidal de Araújo, que se dedicava a estudar os problemas sociais que atingiam a cidade. No esforço de entender sua realidade local e encontrar soluções para os problemas sociais alarmantes, escreveu diversas obras com o intuito de demonstrar a necessidade de um programa de assistência social para o Amazonas. Montenegro (1986, p. 51) assinala:

No início do século, Manaus sofreu intensamente os problemas resultantes do primeiro ciclo da borracha. Contudo, não foram feitos levantamentos estatísticos permitindo avaliar a dimensão do problema. O primeiro a propor que se estudasse quantitativamente a problemática social de Manaus foi André Vidal de Araújo, Juiz de Menores, na década de 40.

Diante da realidade de instabilidade econômica, êxodo rural, crescimento populacional, exploração de trabalhadores, menores abandonados, entre outros, André Araújo realizou diversos estudos investigando essas problemáticas, suas origens e formas de intervenção. Suas análises socioeconômicas serviram de base para sua proposição ao poder público de um projeto de organização da assistência social e do serviço social no Amazonas e, por conseguinte, a criação de diversas instituições sociais.

3 O ALVORECER DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO RESPOSTA À QUESTÃO SOCIAL NO AMAZONAS

No Amazonas, o florescimento da assistência social como um programa estatal e consequentemente uma forma de respostas às refrações da questão social partiu preponderantemente das contribuições e ações de André Araújo. Para o intelectual, a assistência social se materializaria através de serviços e instituições de amparo e proteção social. Logo, cabia ao Estado gerar um aparato assistencial e promover o equilíbrio social, por meio da assistência, educação, justiça, saúde. Nessa lógica, a assistência se tornava necessária para o enfrentamento das expressões da questão social, surgindo então como uma resposta funcional às demandas que o poder público precisava administrar.

Foi nessa conjuntura de preparação do solo e semeadura das primeiras políticas de assistência social para a região, que nasceu, no Círculo Operário de Manaus, em 16 de novembro de 1940, a primeira Escola de Serviço Social de Manaus; sua fundação oficial ocorreu em 15 de janeiro de 1941, sendo considerada a 7ª Escola de Serviço Social criada em solo brasileiro (Andrade, et al., 2023). Segundo Montenegro (1986, p. 3), “A fundação da Escola de Serviço Social de Manaus, no ano de 1941, foi um marco histórico para o Serviço Social do Estado do Amazonas”.

A conjuntura de criação da Escola de Serviço Social de Manaus estava permeada por um bojo de contradições sociais decorrentes do declínio do período econômico da borracha e das transformações socioeconômicas desse período que agravaram diversas problemáticas sociais. A acumulação do capital gerou modernização e urbanização em Manaus e, em decorrência, aprofundou a desigualdade social entre as classes. Era necessário encontrar formas de coordenar e amenizar os conflitos e tensões entre capitalistas e trabalhadores.

O surgimento do serviço social em nossa região esteve diretamente interligado ao processo de organização da assistência social. O poder público teve uma atuação decisiva na fundação e institucionalização do serviço social; a criação do serviço social partiu das demandas da sociedade e dos interesses da Igreja, mas é sobretudo uma demanda do próprio estado. “Foi, portanto, a partir do Poder do Estado e para servir a este, que o Serviço Social teve origem no Amazonas” (Montenegro, 1986, p. 66).

Para André Araújo, à luz das inspirações neotomistas, o Serviço Social se configurava por ser um conjunto de esforços voltados para o ajustamento dos indivíduos a condições de vida digna, sendo o assistente social o agente indispensável desse serviço.

Todo serviço social está fundamentado na dignidade da pessoa humana. Mas isso se limita a um trabalho social, assentado no princípio de que todos devem ajudar, a que os outros se ajudem a si mesmos. Serviço Social não é paternalismo. Não é dar; mas é fazer a que os outros se ajudem por si mesmos, pelo trabalho de educação, de levantamento do homem pelo técnico especializado em serviço social (Araújo, 2003, p. 350).

Logo, era imprescindível que o profissional de serviço social possuísse amplos conhecimentos referentes ao homem e à sociedade. “Assim se trata de um preparo especializado com estudos especializados. A assistência social, fique claro, é profissão essencialmente de personalidade” (Araújo, 1967, p. 272). André Araújo asseverava que as ações de cunho social só poderiam ser materializadas pelo serviço social por meio da assistência social. “O serviço social é uma atividade que pretende suprir, sanar e prevenir, por meio técnicos e métodos próprios, a deficiência e os desajustamentos individuais ou dos grupos sociais” (Araújo, 2003, p. 445), interpretação esta que denota a presença das influências franco-belga, norte-americana e higienistas, que marcam a profissão no país neste período.

Diante dos apontamentos do autor, é possível identificar que ele considera o exercício profissional de assistente social um sacerdócio, uma entrega voluntária ao bem comum, sendo fundamental para exercê-lo uma formação espiritual, além de integridade de caráter, capacidade criadora e resignação. “Essa profissão exige caráter próprio, madureza de idade. É uma vocação como a do verdadeiro professor, do verdadeiro sacerdote, do perfeito juiz. Profissão essa que visa o verdadeiro bem do homem (Araújo, 1967, p. 270).

Nesse sentido, para André Araújo, a Escola de Serviço Social seria o local adequado de capacitação dos profissionais para operacionalizarem corretamente a assistência social. Para ele, “Quem é portador do bem-estar social, precisa estar aparelhado em conhecimentos. Ser bom, atrair simpatias, saber fazer diagnósticos sociais de cada caso que se lhe apresente” (Araújo, 1940c, p. 9). Segundo o intelectual, a assistência social deveria se dedicar a amparar, aliviar o sofrimento, as misérias e as desgraças humanas.

É um serviço feito em favor das classes desamparadas. E é tão íntima sua função com a do estado moderno, que até com ele próprio se confunde. É a própria solidariedade humana, transbordando da caridade cristã, e feita em bases científicas, para o trabalho do equilíbrio social e melhoramento das condições gerais da vida, na luta contra a miséria, enfermidade, delinquência, abandono (Araújo, 1940c, p. 6).

No entanto, essa influência pode ser vista como uma limitação ao restringir a assistência social a um papel predominantemente assistencialista e conciliador, sem propor transformações estruturais. Essa perspectiva, comum à época, reforçava um em que as populações atendidas eram vistas mais como receptoras passivas de ajuda do que como sujeitos ativos na luta por direitos. Reconhecer essa dimensão é necessária para uma análise mais crítica e contextualizada do papel de André Araújo.

A inauguração da Escola foi um marco para Manaus. Seu reconhecimento por parte do governo estadual aconteceu em 01 de junho de 1945 e pelo governo federal em 07 de maio de 1957, após 16 anos de sua fundação oficial. (Montenegro, 1986; Andrade, et. al., 2023)

Por vinte e sete anos, a Escola de Serviço Social de Manaus foi mantida e administrada por André Araújo e sua família, reconhecido como o maior vulto da assistência aos desamparados da Amazônia. A Escola era declarada como uma instituição particular e especializada na preparação e formação de técnicos em serviço social (Andrade, et. al., 2023). A Escola de Serviço Social de Manaus possuía uma oficina de Serviço Social, um espaço que visava atender o público externo através de atividades pedagógicas que eram realizadas pelos seus próprios alunos. A oficina era administrada por uma assistente social e tinha como auxiliares uma equipe de “Visitadoras Sociais” (Araújo, 1940).

De acordo com André Araújo, a Escola de Serviço Social de Manaus objetivava proporcionar aos seus alunos: conhecimento prévio dos problemas sociais; técnica especial de trabalho;

compreensão elevada da necessidade de coordenação de esforços. Promovendo aos seus alunos uma formação geral e sólida em serviço social, oferecendo conhecimento teórico e prático referente ao homem, à sociedade e seus problemas sociais. Dessa forma, os alunos eram preparados com uma técnica efetiva e com métodos de ação especiais.

A preparação pela escola dará ao indivíduo o senso, o tino da assistência social em seus problemas mais intrincados. Facilitará o conhecimento das crises familiares, estimulará um espírito de simpatia entre os homens dos quais nos aproximaremos melhor. Diagnosticaremos mais facilmente a miséria nos alimentos, habitações, higiene, roupas, educação, cultura, instrução profissional, vida familiar, cuidados médicos, diversões (Araújo, 1940c, p. 9).

O intelectual defendia que era de suma importância que as assistentes sociais fossem habilitadas para atuar na sua área de vivência. Logo, precisavam ter conhecimentos sobre os problemas locais. Não recomendava a saída dos estudantes e profissionais para outros locais do país, dada a formação profissional voltada às particularidades da Amazônia. O autor considerava fundamental “[...] compreender que os que não tenham vivido os nossos problemas sociais, não poderão, com real compreensão e profundidade, enfrentar com precisão o tratamento dos fenômenos sociais de desajustamento” (Araújo, 1967, p. 282).

Certamente, podemos afirmar que a Escola de Serviço Social de Manaus foi pensada estrategicamente para dar materialidade à assistência social. Importante assinalar que, para André Araújo, a profissão de serviço social não poderia se efetivar sem critérios e parâmetros objetivos e bem delineados. O técnico em serviço social não seria um simples executor de ações, mas um sujeito que refletia e interagia com o meio social, por isso, André Araújo se dedicava a proporcionar uma formação ampla, com espaços de aprendizagem teóricos e práticos e principalmente articulada à realidade amazônica.

André Araújo, a partir de suas observações e estudos, compreendeu que para atender as necessidades sociais da população pobre de forma abrangente e eficaz fazia-se necessária a colaboração de várias instituições, articuladas entre si, para enfrentar os desafios sociais e promover um certo bem-estar da população naquele contexto.

Apesar de sua visão reformista e do esforço para estruturar a assistência social, é evidente que o pensamento de André Araújo também foi influenciado por ideais higienistas e eugênicos amplamente difundidos em seu contexto histórico. Essa perspectiva, embora tenha buscado a promoção do bem-estar social, frequentemente carregava concepções excludentes e paternalistas, tratando populações vulneráveis como objetos de controle e normalização. Essa crítica não anula as contribuições de Araújo, mas evidencia a necessidade de situar sua obra dentro das contradições ideológicas de sua

época, apontando como essas influências impactaram a formulação e execução de suas propostas assistenciais.

Partindo dessa concepção, o intelectual criou o projeto de organização da assistência social e do serviço social no Amazonas, apresentado ao Interventor Federal Álvaro Maia, no ano de 1941. Conforme o intelectual, as organizações sociais deveriam ser distribuídas conforme os sete desajustamentos instituídos no projeto e sistematizados pelo autor. Eles eram: Desajustamento da Saúde; Desajustamento da Cultura; Desajustamento de Amparo: infância e velhice; Desajustamento dos Sentidos: cegueira, “surdo-mudos”; Desajustamento do Espírito: “alienados e retardados”; Desajustamento da Condição: pauperismo e miséria; Desajustamento da Conduta: crime e delinquência (Araújo, 1941).

Para André Araújo (1941), os desajustamentos deveriam ser objeto de intervenção da assistência social, a qual se materializaria a partir das ações do Estado e também de organizações particulares, dadas as limitações de ação do poder público. O autor apresenta no plano uma ampla rede de instituições e serviços de colaboração mútua entre as entidades públicas e privadas, com o intuito de não acarretar uma carga demasiada de despesas ao orçamento do Estado. “O meio amazônico já reclama sua defesa por uma lei salutar que organize o seu serviço social, dentro dos moldes mais modernos do direito assistencial e da maneira mais econômica possível” (Araújo, 1941, p. 12).

4 A CONCEPÇÃO AMPLIADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO

No contexto amazônico, para realizarmos pesquisas sobre a trajetória política da assistência social ou para resgataremos a história e a memória da profissão de serviço social, é impossível não discorrer sobre o pioneirismo e os feitos de André Araújo no campo social, pois os resultados de muitos de seus projetos reverberam na contemporaneidade.

A análise de conjuntura realizada pelo intelectual e sua vasta formação humana foram pilares fundamentais para a estruturação do projeto de assistência social no Amazonas. André Araújo advertia: [...] aos dirigentes brasileiros cabe a espinhosa tarefa de orientar uma reforma social capaz de integrar o nosso povo nas realidades do seu verdadeiro destino” (Araújo, 1941, p. 5).

A perspectiva de André Araújo refletia uma lógica reformista que dialoga diretamente com a vertente sociológica positivista e a doutrina social da Igreja Católica, correntes com as quais Araújo tinha afinidade declarada. Essa perspectiva reformista buscava oferecer respostas funcionais aos problemas sociais da época, concentrando-se em ações de ajustamento e integração das populações mais vulneráveis à ordem social vigente, sem, contudo, questionar as bases estruturais do sistema capitalista. As proposições de Araújo destacam-se por sua tentativa de organizar uma política de

assistência social que articulasse o Estado e as instituições privadas em uma rede colaborativa, priorizando intervenções técnicas e administrativas voltadas para aliviar os desajustamentos sociais. Nesse sentido, seu projeto não visava subverter a ordem social, mas mantê-la por meio da integração de indivíduos e grupos ao modelo econômico e político predominante.

Conforme André Araújo, o estado de miséria social nos tempos modernos se acelerava, ocorria um aniquilamento moral. Esse estado precisava ser modificado, era preciso combater suas raízes, pois esses males sociais infestavam a sociedade e geravam os desajustamentos. Desse modo, “[para] evitar o desmoronamento total, só uma organização perfeita do serviço social” (Araújo, 1941, p. 11).

O plano de ação supracitado foi apresentado ao Interventor Federal em 19 de agosto de 1941, em uma obra denominada de “Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas – Projeto de ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO, Juiz de Menores”. Em novembro do mesmo ano, o projeto foi homologado e sancionado em Decreto-lei nº 706 de 06 de novembro de 1941, criando o Serviço de Assistência Social do Estado do Amazonas. De acordo com Araújo (1941, p. 3), o projeto apresentava as bases e fundamentos para alicerçar “os orientadores do serviço social, para aconselharem a realização de uma reforma social que venha definitivamente evitar os desajustamentos que flagelam a família brasileira”. O intelectual asseverava que o projeto “[...] orientará toda a assistência e proteção social no Amazonas, organizando programas para isso e harmonizando a ação social do Estado” (Araújo, 1941, p. 21).

A organização da assistência social no Amazonas precisava levar em consideração as necessidades específicas da população local, incluindo questões de saúde, educação, justiça, habitação, cultura, proteção a crianças, idosos, dentre outros. André Araújo, em suas produções, expressava a necessidade de investigar as expressões da questão social dentro das particularidades regionais do Amazonas. “A organização dos serviços sociais do Estado do Amazonas, visando melhor rendimento assistencial ao homem da planície, deve caracterizar-se pela direção que os serviços tomarem” (Araújo, 1941, p. 4).

O intelectual asseverava que o projeto “[...] orientará toda a assistência e proteção social no Amazonas, organizando programas para isso e harmonizando a ação social do Estado” (Araújo, 1941, p. 21). Podemos inferir, conforme a análise do plano de ação sistematizado por André Araújo, que a construção desse documento foi muito mais que um atendimento a uma demanda do poder público estatal formalizada ao pensador. A sistematização do projeto é fruto de trabalho contínuo e amplo de investigação, registros e observações, compostos de um vasto arcabouço teórico e metodológico sustentado pelo intelectual.

A estruturação do plano é fruto de alguém que foi socialmente engajado, que compreendeu a necessidade de enfrentamento do que ele intitulou como “males sociais”. O plano de ação para a assistência estruturado por André Araújo torna-se fundamental para que possamos vislumbrar e perscrutar as raízes históricas da política de assistência social no estado do Amazonas e as ações que foram empreendidas no período subsequente, objetivando dar continuidade nas iniciativas a partir do poder público.

Decerto, tais iniciativas voltadas à consolidação e institucionalização do plano de ação para a assistência no Amazonas não se propuseram a alterar a estrutura de classes. Contudo, foram fundamentais para o referido período, constituindo-se como as primeiras sementes a serem adubadas para a implementação de políticas sociais que minorassem as expressões da questão social no Estado.

Percebemos que André Araújo, apesar de não assinalar diretamente em seu textos, compreendia a assistência social como um direito dos trabalhadores. “É certo que a questão social atual é ‘o conjunto das infelicidades e misérias, de que sofre a classe operária e o estudo dos meios apropriados para lhe dar remédio” (Araújo, 1946, p. 26). O autor considerava que era de responsabilidade do Estado atender a população através de um sistema de serviços amplo e organizado, de modo universal e sistemático. Seu pensamento assinalava que a assistência social era um instrumento necessário para que a população acessasse serviços e ações de cunho social. Consequentemente, o autor denotava a assistência social como um direito social.

Segundo André Araújo (2003), a assistência e o serviço social precisavam estar corretamente aparelhados em uma dinâmica estatal para atender às demandas e necessidades da população, a partir de uma estrutura de serviços nos âmbitos educacional, saúde pública, assistência médica, previdência social, saúde, cultura, educação, assistência jurídica, assistência econômica, formando então um campo de ação indispensável aos premidos pelas misérias sociais.

Cabe ressaltar que a concepção da assistência social como direito somente será validada a partir da Constituição de 1988, mesmo diante de inúmeras contradições. “Ao se definir, constitucionalmente, no patamar de um direito social, a Assistência Social inscreve de algum modo as questões dos segmentos populares no interior do Estado” (Sposati, 2012, p. 33). A partir do reconhecimento das necessidades sociais, o Estado passou a ser responsável em organizá-las e atendê-las.

A proposta defendida por André Araújo e materializada no campo assistencial fomentou significativamente a organização das políticas sociais no Amazonas. Todavia, este caminho foi repleto de desvios e desníveis. Existe um espaço temporal e de conjuntura entre o que foi escrito em seu livro em 1941 “Organização de assistência e serviço social do Amazonas”, entre o decreto-lei homologado (nº 706 de 06 de novembro de 1941), que criou no Estado do Amazonas o Serviço de Assistência Social

e os anos subsequentes. Inferimos que este intelectual partilhava de ideais humanistas e, portanto, acreditava na necessidade de assegurar direitos aos trabalhadores para que estes vivessem em condições compatíveis com a dignidade da pessoa humana, como propunham os princípios neotomistas e a doutrina social da igreja.

A partir de sua análise dos males sociais, da leitura de conjuntura e de seus estudos André Araújo delineia para o Amazonas uma lógica de políticas interligadas e integradas, o que podemos conceituar nos tempos hodiernos como intersectorialidade (Pereira, 2014), ou seja, a articulação de diferentes políticas e serviços para o melhor atendimento às necessidades sociais.

Suas investigações, análises e propostas de ação partiam de uma perspectiva de que a assistência social envolvia uma ampla rede de serviços voltados para diferentes grupos da população com suas muitas demandas, tanto na capital quanto no interior do Estado. No Amazonas, este contexto adubou o terreno em que conseqüentemente floresceu a profissão de serviço social, sendo essa um instrumento indispensável para a efetivação dos serviços.

Ao fazermos um comparativo do plano de ação sistematizado pelo autor no ano de 1941 com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, instituído em 2004, levando em conta os seus níveis de complexidade (atenção básica, média e alta complexidade), diversos dos serviços delineados por André Araújo não seriam específicos do campo da assistência social. O intelectual, na década de 1940, agrupou instituições e serviços que atualmente seriam administrados por outras políticas, tais como, saúde, educação, cultura, justiça, habitação. Sua proposta não se limitava a áreas específicas, mas abrangiam as inúmeras demandas sociais da época.

Mesmo utilizando em suas obras o termo assistência social, ao realizarmos uma leitura contemporânea, é notória a perspectiva de proteção social ou amparo social, que envolve diversos grupos de serviços (Pereira, 2016). Indubitavelmente, a análise do plano nos indica que André Araújo trabalhou com uma concepção de assistência social que transcendia a lógica contemporânea, prevista na Constituição de 1988, organizando o campo da assistência social para pensar uma política de proteção social que envolvia uma rede de serviços e instituições.

A partir da homologação em decreto-lei do projeto criado pelo intelectual na década de 1940 ocorreu em nível regional a sistematização de uma estrutura socioassistencial, delineando uma política governamental integrada. André Araújo reconhecia e asseverava que medidas paliativas não seriam suficientes para enfrentar o problema da miséria. O autor, mesmo permeado por questões de cunho religioso, propôs a operacionalização da assistência social como política pública, não como benemerência.

Ousamos declarar que, se o poder público daquele período e das décadas posteriores tivesse assumido o compromisso em efetivar o plano de ações delineado por André Araújo, teríamos um abrangente e

significante sistema de proteção social no Amazonas. Não foi proposta simplesmente a criação de uma secretaria ou uma instituição em específico, mas um amplo sistema de proteção social. Todavia, como foi verificado em outros estudos, esse sistema não foi efetivado e, ao longo dos anos, a política de assistência social foi e continua sendo apropriada pelos diferentes governantes como estratégia de controle da população.

Certamente, o protagonismo de André Araújo na institucionalização da assistência social no Estado do Amazonas é de grande importância e relevância. Ele não somente idealizou um projeto em campo abstrato, mas consolidou suas ações, sem medir esforços para isso. Capitaneava e mobilizava pessoas, envolvia sua família nas instituições, angariava doações, sendo reconhecido como um verdadeiro mendicante: “O Juiz desta Vara é um verdadeiro mendigo, que não se não se limita a pedir móveis usados, mas vive às portas dos asilos particulares a fim de conseguir internações” (Amazonas, 1944 *apud* Estradas, 2024).

De acordo com André Araújo (1967), a implantação do Serviço Social e efetivação da assistência social na região só seria possível a partir do conhecimento da realidade social, obtido através de investigações, pesquisas, denominadas de “inquéritos sociais”, de modo a conhecer o meio social de maneira científica e sistemática para então promover reformas. Sua leitura ampla para o contexto não tinha a pretensão de alterar o sistema de classes, contudo propôs intervenções estatais, conclamando que o estado assumisse o seu papel de provedor da assistência social para as populações vulneráveis. Evidenciamos novamente que André Araújo foi um percussor das políticas sociais no Amazonas, um homem à frente do seu tempo, um elevado humanista. Seus pensamentos e suas ações ultrapassaram seu tempo histórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar as raízes históricas da assistência social no Amazonas, destacando o papel central de André Vidal de Araújo na formulação e implementação da Assistência Social no estado do Amazonas, especificamente no contexto das décadas de 1930 e 1940. A partir de uma perspectiva histórica e dialética, foi possível identificar como suas propostas dialogavam com as demandas sociais e políticas da época, situando a assistência social como uma resposta funcional às refrações da questão social no contexto amazônico.

A partir das ações de André Araújo, podemos considerar que a assistência social não poderia se limitar apenas a um ato de caridade, mas sim como uma política estruturada e integrada, baseada em um modelo técnico e institucional. Seu esforço em articular diferentes esferas – pública, privada e religiosa – e sua proposta de criação de uma rede colaborativa de instituições evidenciam sua visão abrangente e estratégica. Contudo, ao mesmo tempo, essa abordagem estava profundamente enraizada nos valores higienistas e eugênicos da época, assim como na doutrina social da Igreja Católica, que,

embora oferecessem avanços na organização assistencial, também refletiam as limitações de um projeto que não questionava as bases estruturais das desigualdades sociais.

A criação da Escola de Serviço Social de Manaus, em 1941, destacou-se como um marco na história da assistência social no Amazonas e no Brasil. Ao estabelecer um espaço dedicado à formação de profissionais capacitados, André Araújo pavimentou o caminho para o desenvolvimento do serviço social no Amazonas, conectando-o às especificidades culturais, sociais e econômicas da Amazônia.

Entretanto, o estudo também revelou as contradições inerentes ao projeto de André Araújo. Apesar de seus esforços para implementar uma assistência social integrada, suas propostas estavam alinhadas a uma lógica reformista que buscava amenizar os efeitos mais visíveis da desigualdade social, sem abordar suas causas estruturais. Essa abordagem, típica do contexto histórico, serviu para consolidar o controle social e preservar a ordem vigente, relegando a assistência social a um papel de mitigação, e não de transformação social.

A análise crítica do pensamento e das ações de André Araújo, à luz da teoria social de Marx, permite identificar tanto as limitações quanto os méritos de seu trabalho. Por um lado, ele foi pioneiro ao sistematizar a assistência social e propor uma articulação intersetorial para enfrentar os desafios sociais da época. Por outro, sua visão estava condicionada por um contexto ideológico que restringia a assistência social a um instrumento de manutenção da ordem, refletindo as contradições do capitalismo dependente no Brasil e na Amazônia.

Além disso, a pesquisa evidenciou como as particularidades do contexto amazônico – como o ciclo da borracha, a exploração dos recursos naturais e as desigualdades geradas pela lógica extrativista – moldaram as expressões da questão social e, consequentemente, as respostas institucionais para enfrentá-las. A atuação de André Araújo, ao mesmo tempo em que representou um avanço para o período, foi também um reflexo das limitações impostas por um modelo econômico e político excludente.

As considerações aqui apresentadas não se propõem a desmerecer as contribuições de André Araújo, mas sim situá-las em seu devido contexto histórico e sociológico. Seu legado, ainda que permeado por contradições, oferece importantes lições sobre os desafios e possibilidades da assistência social enquanto política pública. O estudo das raízes históricas dessa política no Amazonas é fundamental para compreender os avanços e os desafios contemporâneos, destacando a necessidade de uma assistência social que transcenda práticas assistencialistas e se afirme como um direito social efetivo.

Por fim, é importante ressaltar que este trabalho contribui para o debate sobre a institucionalização da assistência social no Brasil e para a reflexão sobre o papel de intelectuais como

André Araújo na construção de políticas sociais em contextos específicos. Sua trajetória, embora marcada por limitações ideológicas e práticas, é um exemplo de como as demandas sociais podem moldar propostas institucionais e de como essas propostas, por sua vez, refletem as contradições de seu tempo. Assim, o estudo das origens da assistência social no Amazonas nos convida a olhar criticamente para o presente. Estas reflexões finais, portanto, encerram este artigo não como uma conclusão definitiva, mas como uma provocação para novos estudos e debates sobre a história, os desafios e as possibilidades da assistência social em outros estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Decreto-Lei nº 706 de 06 de novembro de 1941. Cria o Serviço de Assistência Social do Estado do Amazonas. Diário Oficial do Estado do Amazonas, 1941.

_____. Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Diário Oficial do Estado do Amazonas, nº196, 13 maio 1944.

ARAÚJO, André Vidal de. Á prol da Infância. Manaus: Palácio Real, 1940a.

_____. Introdução à Sociologia da Amazônia. Editora Valer, Manaus, 2003.

_____. Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas. Manaus: Imprensa Pública, 1941.

_____. Serviço Social: problemas sobre maternidade, infância, juventude, velhice, tuberculose, lepra, e todos os desajustamentos sociais. Manaus: Imprensa Pública, 1940c.

_____. Estudos de Pedagogia e Antropologia Sociais. Edições Governo do Estado do Amazonas. 1967.

AS REALIZAÇÕES DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NO AMAZONAS. Jornal do Commercio, Manaus, 30 jul. 1946.

BARBOSA, Maria José de Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o estado do Pará em foco. In: SCHERER, Elenise. Questão Social na Amazônia. Manaus, EDUA, 2009.

COSTA, Carlos. O caminho não percorrido: A trajetória dos Assistentes Sociais masculinos em Manaus. Manaus: FUA, 1995.

DIAS, Edineia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920. 3 ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazona na República Velha: 1889-1914. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

HARVEY, David. Espaços de esperança. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IANNI, Octavio. A Questão Social, Revista USP, n.146, 1989. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>. Acesso em 01 out. 2024.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e Revolução social em Florestan Fernandes. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, p.1-12, dez. 1995. Disponível em www.iea.usp.br/artigos. Acesso em: 15 abr. 2023.

LOUREIRO, Antônio Jose Souto. A Grande Crise. Amazônia – aspectos socioeconômicos. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910. 3. ed. – Manaus: Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. A criação da Escola de Serviço Social de Manaus. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro: 1986.

NEVES, Agres Roberta Oliveira das. Campanha de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas (1920-1923). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, 2008. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3736/1/Dissertacao%20-%20Agres%20Roberta%20Oliveira%20das%20Neves.pdf>. Acesso em 25 set. 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: A intersectorialidade na agenda das políticas sociais. Organizadores: Giselle Lavinias Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosimary Gonçalves de Souza. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016

PINHEIRO, Hamida Assunção; ANDRADE, Aldair Oliveira de; OLIVEIRA, José Alcimar de. André Vidal de Araújo: aproximações filosóficas. In: Hamida Assunção Pinheiro, Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Katia de Araújo Lima Vallina e Marcelo Mario Vallina (orgs.). Serviço Social e os Desafios do Tempo Presente: historiografia e trabalho profissional. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

PINTO, Renan Freitas. A Sociologia De Florestan Fernandes. Manaus: Editora EDUA, 2008.

SILVA, Marilene Corrêa da Silva. Metamorfose da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SCHERER, Elenise Faria. A trajetória da assistência social aos desassistidos manauenses. Manaus: EDUA, 2016.

SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Os Direitos (dos desassistidos) sociais. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TORRES, Iraíldes Caldas. As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder 2002. São Paulo: Cortez, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26368466_Experiencia_de_pesquisa_em_uma_regiao_periferica_a_Amazonia. Acesso em: 28 set. 2024.